



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Apresentação: 21/08/2023 11:32:58.770 - MESA

PL n.4014/2023

**PROJETO DE LEI Nº , de 2023**

(Da Sra. Deputada Célia Xakriabá)

*Dispõe sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei assegura, em órgãos públicos, Instituições de Justiça, concessionárias de serviço público a obrigatoriedade de presença de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena, para atendimento da população indígena;

§ 1º - Considera-se língua indígena aquelas utilizadas pelos povos indígenas, independente se língua materna, incluídas linguagens de sinais indígenas;

§ 2º - A definição da(s) Língua(s) Indígena(s) com necessidade de interpretação/tradução deverá levar em conta a presença de falantes de línguas indígenas na Unidade Federativa onde está instalada o órgão, levando em consideração o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

§ 3º - A simples presença de falantes de línguas indígenas na região vincula o órgão público a necessidade de contratação, não dependendo de outra provocação;

**Art. 2º** - Enquanto não houver regulamentação específica do Profissional Intérprete e/ou Tradutor, considera-se, para os fins destas leis, o profissional com habilidade de compreensão de línguas indígenas, de mediação e diálogo, tradução intercultural e possibilidade de tradução da língua portuguesa para a língua indígena e vice-versa;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

**Art. 3º** - A contratação de Intérpretes deverá, obrigatoriamente, contar com a consulta e participação da(s) Comunidade(s) Indígenas da região, e de órgãos/conselhos voltados à Educação Indígena, quando houver;

**Art. 4º** - No caso de Instituições Essenciais à Justiça, a participação em reuniões, audiências públicas, tomadas de depoimentos envolvendo indígena falante de língua indígena diversa a do português, a presença do profissional Intérprete de Língua Indígena é obrigatória;

**Art. 5º** - Em se tratando de atendimento a mulheres em situações de violência, doméstica ou não, ou qualquer tipo de vulnerabilidade, incluindo tratamentos de saúde, deverá ter preferência o atendimento de intérprete de língua indígena do gênero feminino.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

### JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do IBGE, fala-se, no Brasil mais de 270 línguas indígenas em todo o território. O último censo, de 2022, recém-divulgado aponta que quase 1,7 milhão de pessoas no Brasil se identificam como indígenas e que a cada 10 cidades, 09 contam com povos indígenas autoidentificados.

A Organização das Nações Unidas, através de sua Assembleia Geral, proclamou que a década entre 2022 e 2023 como a Década Internacional das Línguas Indígenas, reconhecendo a necessidade de valorização dessas linguagens e de fortalecimento de Direitos Linguísticos dos Povos Originários.

Apesar das diversas mobilizações de diversos povos indígenas Brasileiros, e de suas conquistas, ainda há um longo caminho no Brasil na garantia de Direitos e Políticas Linguísticas. A Constituição Federal, ao determinar o idioma oficial da República o português, não exclui a necessidade de reconhecimento de outras línguas. Pelo contrário, o texto constitucional aponta como diretriz o reconhecimento das línguas indígenas como bem dos povos indígenas, em seu Art. 231, bem como o direito à educação em língua indígena pela comunidade indígena.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

O referido projeto de Lei, portanto, insere-se dentro dos marcos da Constituição Federal e no reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país, bem como garantindo objetivo de combate às desigualdades, uma vez que povos indígenas apontam, recorrentemente, de diversas formas, que o uso apenas do português pelos órgãos públicos é uma barreira de acesso dos povos indígenas à políticas públicas de saúde, educação, cultura, acesso à justiça, etc.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2023.

**Deputada Célia Xakriabá**

**PSOL/MG**

